



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Conselho Municipal de Educação
Ata nº 017 /2020

Aos catorze dias do mês de julho de dois mil e vinte, reuniram-se, por videoconferência e em virtude da Pandemia de COVID-19, os conselheiros Ana Cláudia Moraes Costa, Ana Cristina Garima Jacques, Bárbara Bauer Silva, Gionara Tauchen, Lisiane Kisner Silveira Torres, Luciara Plá dos Santos, Rejane Magano Souza, Rita de Cássia Madruga de Souza, Sandra Rejane de Ávila, Suzane Barros, Tânia Clarindo, Vinícius Kercher da Silva; a assessora técnica Jaqueline Michelle, a secretária Lilian Xavier Machado; presididos pela conselheira Waléria Vargas Buseti . A reunião começou com a leitura e aprovação da Ata 016/2020. A seguir, a conselheira Gionara informou que nas reuniões do Grupo de Trabalho do Comitê de Contingenciamento, das quais participou, verificou que os documentos elaborados já estão em fase de consolidação e, por esse motivo, não se sente à vontade em propor alterações e, dessa forma, não pretende continuar participando das reuniões. A conselheira Rita reforçou a colocação da conselheira Gionara afirmando que também não tem conseguido realizar suas colocações no Comitê uma vez que o documento já estar praticamente pronto e acrescentou que não vê a necessidade dos conselheiros continuarem fazendo parte dos grupos de trabalho. A assessora técnica Jaqueline solicitou que os conselheiros aguardem uma orientação da UNCME/RS a respeito do assunto. A conselheira Suzane mencionou que, a seu ver, os conselheiros devem ocupar o espaço reservado a eles no referido Comitê para uma análise posterior mais criteriosa por todo o pleno. A presidente do CME concordou com a fala da conselheira Suzane e reafirmou sua participação no Comitê também como uma oportunidade de aprendizado. A conselheira Suzane também corroborou com a posição da conselheira Suzane e acrescentou que todos os conselheiros podem contribuir uma vez que o documento elaborado pelo Comitê ainda não estaria finalizado. A conselheira Gionara destacou dois pontos, os quais acredita importantes serem considerados: o primeiro, a carga horária necessária de dedicação ao trabalho dos novos conselheiros no CME, em razão de necessitar de uma exaustiva pesquisa para uma função até então adversa; o segundo seria a não existência ainda de uma sistematização por parte do CME sobre a educação e o momento de pandemia, a qual necessita

ser elaborada o mais breve possível para validar as propostas que vem sendo pensadas pela SMEd. A conselheira Tânia afirmou compreender a fala da conselheira Gionara e que também sente-se um pouco “perdida” nas reuniões do Comitê e propôs que o CME envie uma representação nessas reuniões, sem a necessidade de participação de todo o Pleno. Acrescentou que as famílias dos estudantes devem ser ouvidas para a elaboração de propostas e que é urgente a elaboração de uma orientação sobre as atividades escolares não presenciais. A conselheira Sandra concordou com a conselheira Tânia e destacou a importância da participação dos conselheiros no Comitê e a escuta das famílias dos alunos. Atentou também para a discrepância entre os calendários escolares das redes municipal, estadual e privada. A seguir, a presidente apresentou um questionário encaminhado pela SMEd ao que a conselheira Suzane acrescentou que o mesmo foi uma proposta do SINTERG e que torna-se urgente o posicionamento do CME na defesa da educação presencial e, somente em caso de excepcionalidade, utilizar-se-ia o ensino não-presencial. A conselheira Bárbara disse achar importante que os conselheiros que puderem, continuem participando das reuniões do Comitê. A conselheira Suzane também propôs que as reuniões do “grande grupo” no Comitê passem a ser quinzenais. Acordou-se, então, que na próxima reunião do pleno, será feito um levantamento de quais conselheiros continuaram a participar das reuniões do Comitê de Contingenciamento. A seguir, a secretária Lílian repassou a todos contato encaminhado pela SMEd sobre a situação das escolas particulares de Educação Infantil privadas que ainda não se cadastraram no Censo escolar, bem como o caso da escola Praia do Riso que aguarda visita da comissão verificadora CME/SMEd para posterior autorização de funcionamento, A secretária também explicou quais os trâmites adotados pelo CME para as visitas e emissão de pareceres de autorização de funcionamento, atentando para o fato de que, nas circunstâncias atuais, seria inviável a realização de visitas às escolas em razão do decreto Municipal de isolamento social e do cancelamento das aulas presenciais. Quanto à resistência das escolas privadas em realizarem seu cadastramento no censo escolar, a conselheira Rita informou que muitas escolas alegam que a FAEI –Ficha de Acompanhamento da educação Infantil – não estaria sendo exigida pelas escolas públicas e privadas quando do ingresso dos alunos no primeiro ano do Ensino Fundamental. A conselheira Bárbara também afirmou entender a situação difícil pela qual a maioria das escolas particulares de Educação Infantil vem passando em razão da crise financeira instaurada pela pandemia de COVID-19. A presidente frisou que assim que as visitas fiscalizadoras puderem ser realizadas, as escolas voltarão a receber suas autorizações de funcionamento. Dando continuidade, a conselheira Gionara tratou sobre o documento a ser elaborado pelo CME destacando que os conselheiros

encaminharam suas demandas e que, s seu ver, seriam dois documentos que necessitam de eaboração por este Conselho, quais sejam, um Parecer sobre o contexto de suspensão das aulas presenciais e sugestão para a reorganização do calendário escolar conforme o plano de Contingenciamento da SMEd e uma normatização do ensino não presencial e presencial em tempos de pandemia. A esse respeito, a presidente informou que disponibilizou no grupo de watts app um documento para a leitura por todos os conselheiros. A conselheira Gionara propôs-se a elaborar proposta de parecer sobre o tema em questão a partir das contribuições de todos os conselheiros. Após receber essas contribuições, a conselheira Gionara encaminhará por email para o conhecimento de todos e eventuais sugestões de alterações. Ao retorno dessas sugestões que deverão ser encaminhadas até o dia dezenove de julho, a conselheira Gionara fará a compilação e redação final do documento, o qual deverá ser analisado e votado na próxima reuniões do CME. A proposta da conselheira Gionara foi aceita por unanimidade. Esgotada a pauta da reunião e, nada mais havendo a tratar, eu, Lilian Maria Xavier Machado, lavro a presente Ata que será assinada por mim e pela presidente.

Lilian Xavier Machado
Secretaria do CME

Waléria Busetti
Presidente do CME